

TEORIAS DE GÊNERO E SUBORDINAÇÃO DE IDADE: UM ENSAIO¹

Fúlvia Rosemberg*

Resumo Este ensaio retoma reflexões anteriores sobre a concepção de infância e desenvolvimento humano que vem mostrando teorias psicológicas, questionando sua adoção em teorias feministas que incorporam um modelo adultocêntrico sem questioná-lo. Aponta a centralidade da família nuclear nestas teorias que descuidam-se dos novos espaços ecológicos de experiências infantis, especialmente as creches, o que permitiria romper com os paradigmas teóricos centrados no adulto.

Palavras-chave: Infância; Teorias de desenvolvimento; Teorias de gênero.

Abstract This essay takes up earlier reflections about the concept of infancy and human development elaborated by psychological theories, and questions their adoption by feminist theories which uncritically incorporate an adult centered model. It points out that the centrality of the nuclear family in these theories neglect to take into consideration the new ecological spaces of infant experience, especially day care, which would allow a break with adult centered theoretical paradigms.

Descriptors: Childhood; Human development; Gender.

Introdução

Vou retomar hoje duas tradições que perdi no tempo: uma a do ensaio, enquanto “estudo sobre determinado assunto, porém menos aprofundado e/ou menor que um tratado formal e acabado” (Dicionário *Aurélio*, verbete ensaio); outra, a reflexão sobre infância que me acompanhou alguns anos (Rosemberg, 1976).

Integrar estas tradições implica em inscrever-lhes a mesma marca: a do dever, de um momento a ser superado. Não a superação da infância, mas a superação de uma reflexão teórica sobre hierarquias sociais de classe, gênero e raça que insiste em ignorar as subordinações de idade. Confesso de início que não tenho fôlego para me estender às subordinações de idade em sua totalidade; focalizarei, então, exclusivamente relações adulto-criança, deixando de lado outros momentos em que as sociedades recortam o tempo de vida humana.

Também, acho bom precisar, de início, que ao trazer para discussão esta questão,

não estou apenas desejando tornar tudo mais complicado, ampliando os desafios para que tudo fique mais saboroso. Esta parada para refletir infância tem a ver com projetos de pesquisa meus e de orientados, em andamento ou em final de execução, e a promoção de um diálogo com os campos de estudo que estão focalizando subordinações sociais. Vou contar meu projeto - realizado em parceria com Regina Pahim Pinto da Fundação Carlos Chagas - para me sentir mais livre. Com apoio da FAPESP e do Concurso de Dotações para Pesquisas sobre Relações Raciais organizado pelo Centro de Estudos Afro-Asiáticos, Regina e eu estamos estudando, com base nas PNADs (Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio), as condições em que vivem crianças pequenas em casa e na escola à luz de seu pertencimento racial. Basicamente estamos analisando as condições de saneamento básico (água e esgotamento sanitário) e frequência à creche/pré-escola.

* Professora da PUC-SP e FCC

A pesquisa tem dois objetivos evidentes: avançar o conhecimento sobre as relações raciais no Brasil (em especial a ocupação racialmente segregada do solo urbano) e sugerir alterações, algumas delas possivelmente no âmbito das políticas públicas (extensão da rede de esgotos) e outras no âmbito das relações raciais (incluindo aí, entre outras, o município do movimento negro com informações para usar em reivindicações e mobilizações).

Pesquisa de desenho aparentemente simples, que poderia mesmo receber a peja de desvio demográfico de duas forasteiras, uma socióloga e outra psicóloga.

Porém, logo de início, enfrentamos um problema, insolúvel pelo momento, e que remete ao tema deste ensaio: a cor de uma criança na coleta do IBGE é atribuída não por ela mesma, mas pelo chefe de família, homem ou mulher. Portanto, a cor, como variável que operacionaliza o pertencimento racial, no caso das crianças não segue ao princípio da auto-identificação mas ao da hetero-identificação, procedimento banido do universo adulto em nome do respeito à identidade étnica ou racial. Uma pesquisa, visando contribuir para melhoria das condições de vida da infância negra, resgata a vertente racial e se imobiliza diante da subordinação de idade. Este exemplo constitui um, entre outros, que evidenciam a subordinação da infância ao adulto e que confere à Ciência ocidental uma postura adultocêntrica.

Em 1976, em outro ensaio sobre a *Psicologia, a criança e o adulto* havia insistido como nem mesmo a Psicologia Genética (ou do desenvolvimento, segundo a tradição anglofônica), disciplina que se propõe a estudar a origem e formação dos comportamentos², se livra de uma postura adultocêntrica.

A Psicologia do Desenvolvimento de tradição anglo-saxônica tem sua origem presa às teorias evolucionistas, principalmente à de Darwin (*A Origem das Espécies*). Esta paternidade conferiu, segundo Riegel, às principais teorias anglo-saxônicas sobre o desenvolvimento psicológico, uma orientação de tipo “capitalista”.

Tais teorias, características de sociedades competitivas, partem do princípio de que a evolução e o desenvolvimento constituem um processo contínuo de competição e seleção, onde apenas sobrevive o mais forte. Este sobrevivente mais forte, quando transposto para a matriz das ciências humanas e sociais, deve ser entendido como adulto-branco-de-classe média.

Nesta tradição, Riegel (1972) identifica os trabalhos de Galton, Hall, Terman e Gesell como tendo contribuído para estabelecer normas e padrões com os quais se pudesse comparar a realização de jovens e velhos, “normais e deficientes” tendo sempre como modelo, o sobrevivente mais forte.

Porém, Riegel apreende uma outra orientação da Psicologia Genética, a que denomina “mercantilista-socialista”. Sua origem se prende a Rousseau e seu campo geográfico se circunscreve à Europa Continental. Mais sensível, por razões históricas, às diferenças individuais e às minorias, esta orientação, cujo principal representante contemporâneo ocidental seria Piaget, avaliaria cada etapa de desenvolvimento dentro de seus próprios limites.

Na teoria de Piaget, Riegel valoriza o fato de o desenvolvimento ser concebido principalmente em termos de salto, e não como evolução contínua.

Se é verdade que Piaget considera cada estágio de desenvolvimento como estruturas regidas pelas mesmas leis, não é menos verdadeiro que a evolução dos estágios se sucede inexoravelmente, até atingir um nível de *equilíbrio superior*: o das operações formais, isto é, aquele que permite apreender o meio utilizando os princípios da lógica formal necessários ao pensamento científico ocidental.

Por outro lado, subjacente ao modelo piagetiano, Wolff (1966) nos leva a perceber uma postura etnocentrista. Apoiando-se em descrições de Levy-Bruhl, Wolff mostra que em algumas sociedades o adulto de sexo masculino adota um modo particular de pensamento místico quando toma parte em manifestações sociais e rituais públicos, mas que seu modo de pensar é racional, e em certo sentido operatório, quando se dedica à caça, à construção ou ao comércio (p. 247). Existiriam, pois, soluções culturais que aceitam e valorizam manifestações várias do pensamento simbólico.

A hipótese corrente de que o critério do pensamento científico ocidental seja o melhor para julgar outras formas de desenvolvimento, porque ele tornou possível as conquistas mais importantes do mundo físico, não é válida para uma psicologia genética geral (p. 247).

Ao considerar o pensamento lógico, realista e técnico como o ápice do pensamento simbólico, como a forma de maior equilíbrio na interação entre o organismo e o meio, estão se alijando outras formas de expressão simbólica características da criança, do artista e do místico religioso (Rosemberg, 1976).

Naquele momento, por conta da influência de Wolff e do interesse que já vinha se constituindo em torno da história social da infância, minhas esperanças de

rompimento com a postura adultocêntrica na Psicologia se voltavam para a Antropologia. Porém, o final da década de 70 e os anos 80 trouxeram surpresas. Uma contestação forte dos paradigmas das ciências humanas veio do campo dos estudos de gênero. Como informa Joan Scott (1990, p. 6), "O gênero era um termo proposto por aquelas que sustentavam que a pesquisa sobre as mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas no interior de cada disciplina. As pesquisadoras feministas assinalavam muito cedo que o estudo das mulheres não acrescentaria somente novos temas, mas que ele iria igualmente impor um reexame crítico das premissas e do critério do trabalho científico existente".

A categoria analítica gênero - introduzida nos estudos feministas, principalmente anglo-saxônicos - desafia a máxima essencialista de que a biologia é o destino, transcendendo o reducionismo biológico, interpretando as relações entre homem e mulheres como formulações culturais resultantes da imposição de significados sociais, culturais e psicológicos sobre identidades sexuais (Stolcke, 1990).

Porém, este rompimento com os ditames biológicos acabou se restringindo às classificações de sexo que, para serem evidenciadas, têm precisado se apoiar numa teoria de desenvolvimento que se escora em determinações biológicas (principalmente através do conceito de período crítico) e não compreende a infância fora do universo adulto e do contexto familiar.

Não seria difícil pinçar nos textos de algumas teóricas feministas que estão circulando agora no Brasil evidências deste processo de biologização da infância. Por exemplo, Gayle Rubin (1975), já no final de seu seminal texto *A circulação de mulheres: notas sobre a economia política do sexo*, assim se refere à sexualidade infantil:

a vida sexual humana será sempre objeto de convenção e intervenção humanas. Não será nunca completamente natural, simplesmente porque nossa espécie é social, cultural e articulada. A profusão selvagem da sexualidade infantil será sempre abrandada. A confrontação entre crianças imaturas e desamparadas e o desenvolvimento da vida social dos adultos deverá deixar, provavelmente, algum resíduo de distúrbio, mas os mecanismos e objetivos desse processo não necessitam independência da escolha consciente. A evolução cultural nos oferece a oportunidade de manter o controle dos meios de sexualidade, reprodução e socialização e tomar decisões conscientes para libertar a vida sexual humana das relações arcaicas que a deformam (Rubin, tradução de Edith Piza, p. 27).

Neste trecho, a aproximação entre infância e vida selvagem não só decorre do qualitativo “a profusão selvagem da sexualidade infantil”, mas também da justaposição entre desenvolvimento humano (primeira parte do parágrafo) e desenvolvimento cultural (segunda parte do parágrafo), justaposição que, se omite um vínculo causal específico, se apoia em isomorfismo, fazendo com que ocorra, pelo menos, uma associação com as teorias biológicas de que a ontogênese repete a filogênese.

Carol Gilligan é outra das teóricas que, através da noção de gênero, tem interposto uma cunha nos paradigmas da Psicologia e bascula uma concepção universalista de desenvolvimento humano. Seu texto *Uma voz diferente* foi recentemente traduzido em português. Discípula e colaboradora de Kolberg, porém ultrapassando sua perspectiva androcêntrica, Gilligan evidencia que a compreensão do desenvolvimento moral de meninos e meninas e de homens e mulheres adultos pode ganhar novos contornos se aceitarmos que ambos são redigidos por experiências diversas - para as mulheres uma ética do

cuidado, para os homens uma ética da justiça - o que a leva a propor concepções diversas de maturidade para homens e mulheres. Nesta perspectiva, as mulheres não teriam uma parada no desenvolvimento moral, como queriam Piaget e Kolberg, mas seguiriam trajetória própria³.

Se a autora consegue abalar cânones da Psicologia, sua perspectiva metodológica, ao usar o método genético, continua a mesma: são os padrões adultos que permitem a compreensão do desenvolvimento, fazendo com que a criança perca sua historicidade. A perspectiva adultocêntrica se evidencia quando afirma:

Portanto, os julgamentos morais das mulheres elucidam as diferenças observadas nos padrões de desenvolvimento entre os sexos e oferecem, também, uma concepção alternativa de maturidade pela qual essas diferenças podem ser avaliadas e traçadas suas implicações (Gilligan 1992, p. 32).

Isto é, o método para retrair o desenvolvimento parte do paradigma adulto - no caso uma concepção que diferencia a maturidade moral entre mulheres e homens, - e é a partir daí que retrai, relê ou compreende o padrão de desenvolvimento de meninos e meninas que, inexoravelmente, conduz, então, ao ponto de partida: a própria concepção de maturidade (ou maturidades) adulta (s).

Como afirma Gilligan (1992), “uma mudança na definição de maturidade não apenas altera a definição do estágio mais elevado, mas reforma a compreensão do desenvolvimento, modificando todo o enfoque” (p. 29). Modificar todo o enfoque significa, aqui, modificar a perspectiva de análise dos gêneros em seu padrão adulto pois, como nas teorias tradicionais, a leitura do desenvolvimento não parte de sua base, como ocorreria no caso da construção de

uma pirâmide, mas de seu vértice de maturidade, ponto em direção ao qual o progresso é inexoravelmente traçado.

Ora, esta perspectiva de desenvolvimento acaba por retirar da infância seu caráter histórico (e seu potencial transformador) pois cada nova infância é reconstruída à luz do paradigma adulto atual, que viveu sua infância em outro tempo histórico⁴.

Para explicar a origem das diferenças entre as orientações psicológicas de homens e mulheres, Gilligan adota o modelo teórico desenvolvido por Chodorow (1992) que tem por base uma revisão da teoria psicanalítica. De acordo com Chodorow (1992), as orientações masculina e feminina são formadas precocemente, e irreversivelmente, através da relação mãe-criança. Porque as mulheres são, de um modo praticamente universal as pessoas responsáveis pelo cuidado da criança pequena, os meninos descobrem-se a si mesmas através do contraste entre si e a mãe (sexos opostos), enquanto as meninas descobrem-se a si mesmas à mãe (do mesmo sexo). A partir de então, os meninos se descobrem diferentes dos outros significativos em suas vidas: ao contrário, as meninas experimentam uma semelhança fundamental entre elas e os outros.

Se a proposta de Chodorow diverge das perspectivas teóricas freudiana e lacaniana, na medida em que escapa da concepção de "perda feminina" e propõe, ao invés de uma interpretação pela negativa, uma visão positiva do cuidado, Gilligan, Chodorow, Rubin, e tantas outras teóricas do gênero, adotam o mesmo modelo psicanalítico de centração da compreensão da identidade de gênero na relação mãe-filho, mãe-filha,

como se na família se sediasse toda a dinâmica psicológica das crianças, como se a partir da primeira infância outras instituições não fossem indicadas pela hierarquia de gênero (construídas por e marcando adolescentes e adultos), e como se toda dinâmica psicológica das crianças se esgotasse na família, sempre em uma relação etariamente assimétrica.

Parte desta crítica já havia sido efetuada por Joan Scott (1990, p. 15), principalmente endereçada a antropólogos, que reduziram o uso da categoria de gênero ao sistema de parentesco (fixando seu olhar sobre o universo doméstico e a família como fundamento da organização social). Scott destaca a necessidade de "uma visão mais ampla que inclua não somente o parentesco mas também, em particular para as sociedades modernas complexas, o mercado de trabalho (...), a educação (...), o sistema político"⁵.

A saída do campo familiar no caso da formação da identidade sexual traz uma complexidade (e conseqüentemente riqueza) maior: é fora dele que se podem observar, nas sociedades contemporâneas, outras combinações entre poder, gênero e idade.

Ventos novos, provenientes da própria Psicologia, têm permitido sair deste círculo de giz onde a infância é vista na perspectiva do adulto que será. Cada vez mais, os estudos sobre criança pequena vêm percebendo a criança como um ser organizado e competente, finamente adaptado às exigências de cada fase da vida. Assim, deixa-se de buscar o significado dos comportamentos e características da criança em suas implicações para a vida adulta atual e se passa a considerá-los como parte de um sistema adaptado às necessidades de cada

fase, que são também, social e historicamente constituídas: pelos adultos e pelas próprias crianças que vivem novas infâncias.

As observações de interações entre crianças pequenas, que aparecem desde muito cedo, desde que seja possível expressar estes comportamentos, têm quebrado a imagem da criança egoísta, orientada para si mesma e para os objetos, desinteressada e incapaz de contato com o outro. Ao contrário, como aponta Camaioni (1980, 1989 apud Carvalho e Beraldo) aparece

um ser fundamentalmente não agressivo e disposto ao contato social, que prefere a interação com outras crianças à interação com adultos e que desenvolve relações prolongadas e significativas com seus coetâneos.

Ora, esta criança social demonstra precocemente - se é que pode usar este advérbio - o comportamento de maternagem ou melhor dizendo, de cuidar do outro. Este comportamento apresenta algumas características que têm estimulado a construção de novas perguntas para pesquisa (Carvalho e Beraldo, 1989, p. 59): aparece em idade precoce, “pelo menos já a partir dos dois anos de idade (...); há maior probabilidade de ocorrência deste tipo de interação em relação a uma criança mais nova que o emissor”.

Observação extremamente interessante que parece indicar, nessa fase da vida, uma ênfase na relação de idade que seria substituída, mais tarde, por uma ênfase na relação de gênero. Ele só pode ser observado, como as demais interações sociais, quando crianças passaram a conviver em grupos com outras crianças pequenas em espaços coletivos (instituições de educação infantil), diferentemente de

nossas gerações ou das gerações de seus pais.

Talvez este novo padrão de educação e cuidado da criança pequena, que implica na complementaridade entre instituições (creche e família), possa ajudar a compreender mudanças, relativamente recentes, no padrão de paternagem da criança pequena, principalmente detectado em países que implantaram programas de educação infantil de forma intensiva e com alto nível de qualidade⁶, pelos quais, possivelmente, passaram meninos que estão se transformando nos “novos pais”, isto é, pessoas adultas que continuam a prover cuidado a crianças pequenas.

Notas

1. Texto preparado no contexto do projeto “Criança negra: Casa e escola”, que contou com apoio da FAPESP.
2. Tran-Thong (1970) denomina as teorias genéticas (no caso, as teorias de Piaget e de Freud) de instrumentais, pois a criança é estudada como pretexto, ou artefato metodológico, para a compreensão dos comportamentos em seu estado adulto.
3. É importante lembrar que esta perspectiva da “parada de desenvolvimento” em estado inferior não tem sido utilizada apenas para explicar ou justificar padrões sexuais mas também raciais.
4. Scott (1990) trata de outro aspecto da a-historicidade dos textos de Gilligan quando afirma - “Gilligan e outros extrapolaram sua própria descrição, fundamentada sobre uma pequena amostra de alunos americanos do fim do século XX, a todas as mulheres (...) fica implicado nesta abordagem a noção a-histórica, se não assencialista, de mulheres” (p. 13).
5. Aqui, também, poder-se-ia discutir a questão da própria concepção de socialização e/ou interação: a relação (ou socialização) é sempre vista na direção adulto-criança e não se trata da recíproca criança-adulto. Ou seja, a pergunta pertinente seria: qual a importância da interação criança-mãe e criança-pai na constituição das identidades de gênero entre os adultos. Estou chamando a atenção para a necessidade de se estar mais atento à dinâmica intergeracional.

6. Veja-se a discussão em European Commission Childcare Network (1990).

Referências Bibliográficas

- Carvalho, A. M. A. e Beraldo, K. E. A. (1989). Interação criança-criança: Ressurgimento de uma área de pesquisa e suas perspectivas. *Cadernos de Pesquisa*, (71), 55-61.
- Chodorow, N. (1978). *The Reproduction of Mothering: Psychoanalysis and the sociology of Gender*. Berkeley: University of California Press.
- Gilligan, C. (1992). *Uma voz diferente*. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos.
- European Commission Childcare Network (1990). *Men as Carers for Children*. Report On Childcare Network Technical Seminar. Glasgow, May.
- Riegel, K. (1972). Influence of Economic and Political Ideologies on the Development of Developmental Psychology. *Psychological Bulletin*, 78 (2), 129-141.
- Rosemberg, F. (1976). A criança, o adulto, a Psicologia. *Ciência e Cultura*, 16 (12), 1465-1471.
- Rubin, G. (1975). The Traffic in Women: Notes on the political economy of sex. In: R. Reiter, (ed), *To Ward an Anthropology of women*. Nova York: Monthly Review Press, 157-210.
- Scott, J. (1990). Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 16 (2), 5-20.
- Stolcke, V. (1991). Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade? *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, (20), 101-120.
- Tran-Thong. (1970). *Stade et concept de stade de developpment de l'enfant dans la Psychologie contemporaine*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin.
- Wolff, P. (1966). *La théorie sensori-motrice de l'intelligence et la Psychologie du developpement général*. Psychologie et épistémologie génétiques: Thèmes Piagetiens. Paris: Dunod.